

# Aula 8

## AMERICANISMO E EUROPEÍSMO: O MITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

### **META**

Apresentar a o modo como os discursos sobre os Estados Unidos fizeram com que emergisse um mito da América do Norte, tida como terra da liberdade e das oportunidades.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
Compreender de maneira crítica a constituição dos discursos e narrativas sobre os Estados Unidos da América, mediante um jogo de exclusões e inclusões.  
Reconhecer e identificar os elementos discursivos constitutivos da mitologia da América como terra da liberdade.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Familiaridade com os períodos formativos da literatura norte-americana;  
Conceitos-chave da Teoria da Literatura e da história literária.

**Luiz Eduardo Oliveira**  
**José Augusto Batista dos Santos**

## INTRODUÇÃO

O termo americanismo, de acordo com Arnavon, foi inicialmente empregado com uma conotação negativa, pois fazia alusão àquilo que era avesso à civilização – leia-se Europa – e remetia-se a uma localização geográfica específica, que, curiosamente, não incluía o território das ex-colônias inglesas. Sua primeira aparição data do ano 1846, num artigo intitulado “De l’américanisme et des républiques du sud” que, como sugere o título, fazia referência às “repúblicas do sul”, isto é, à América Latina. Posteriormente, o termo assumiria outras acepções, como a que consta do Grand Larousse de La langue française, onde é descrito como sendo uma espécie de emulação da maneira de ser dos americanos (apud WARDE, 2011, p. 1).

Há, no entanto, outros sentidos, alguns mais recentes do que aqueles acima citados, os quais não podem ser esquecidos quando se tem como objetivo uma reflexão mais detida acerca do americanismo. Entre os nomes mais evocados para lidar com a matéria, está o de Antônio Gramsci (1891-1937), que, dentre outros assuntos, dedicou-se à discussão desse fenômeno num de seus *Cadernos do cárcere*. Para ele, o termo americanismo estava indissociavelmente atrelado a um sistema de produção específico: o fordismo – o que por si só lhe confere um significado diverso daquele atribuído nos contextos mencionados anteriormente. Tal fenômeno pretendia ser responsável pela “elaboração de um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho e processo produtivo” (GRAMSCI, 2008, p. 42). Tãmanha era a sua relevância que é possível afirmar que, para o autor italiano, o desenvolvimento do sistema de produção fordista dependia da disseminação do americanismo.

Essa interdependência entre americanismo e fordismo torna-se mais evidente à medida que Gramsci avança em sua reflexão. Segundo ele, o novo sistema de produção reclamava também um novo tipo de trabalhador cuja vida deveria se adequar aos novos ritmos e lógicas da fábrica. Assim, a racionalização ou disciplinarização da vida do operariado contribui para o aumento da produção, tornando-se, portanto, uma necessidade inadiável para o desenvolvimento do sistema. Daí a importância do fenômeno do americanismo, que seria responsável pela mudança de hábitos, ou pela criação de um “novo modo de vida” afinado com a nova conjuntura econômica que se estabelecia. Tal modo de vida já havia se formado historicamente nos Estados Unidos. Aliás, ele era característico deste país, o que significa dizer que, todas as vezes que Gramsci fazia referência ao americanismo, não havia dúvida sobre a que nação este termo aludia.

## DESENVOLVIMENTO

Para explicar o porquê da resistência encontrada pelo americanismo em algumas regiões da Europa, Gramsci revela que há uma condição preliminar de cuja existência o americanismo dependia para se instalar e se desenvolver em sua forma mais completa. Essa condição consistia na inexistência de classes parasitárias, isto é, de classes que não possuíssem nenhuma função na esfera produtiva. Quanto mais numerosas fossem tais classes, mais resistência se criava para a introdução do americanismo. A Europa, em razão de sua formação histórica, possuía tais classes, como escreve Gramsci (2008, p. 34-35).

A tradição, a civilidade europeia, por sua vez, distingue-se justamente por tais classes, criadas pela riqueza e complexidade da história pregressa, que deixou um acúmulo de sedimentações passivas, graças aos fenômenos de saturação e fossilização do funcionalismo e dos intelectuais, do clero e da propriedade da terra, do comércio de rapina e do exército, a princípio, profissional, e depois obrigatório, mas de todo modo profissional e oficialmente. Pode se dizer, enfim, que quanto mais vetusta é a história de um país, tanto mais numerosas e onerosas são as sedimentações dessa massa de vagabundos e inúteis, que vivem do patrimônio dos avós, pensionistas da história econômica. O fato de a América não possuir essas particularidades explica, segundo o autor, o rápido desenvolvimento do fordismo e a organização da vida social em torno do trabalho produtivo. Ou seja, as condições históricas eram favoráveis, nos Estados Unidos, ao estabelecimento e consolidação desse novo modo de produção.

Outro traço característico do americanismo apontado por Gramsci consiste na presença de iniciativas puritanas por parte dos industriais americanos, que visavam à “conservação, fora do trabalho, de um certo equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção” (GRAMSCI, 2008, p. 70). Com efeito, o modo de vida do novo tipo de trabalhador que o fordismo reclamava deveria, como já dito anteriormente, adequar-se às necessidades do trabalho fordizado. Para que fosse efetiva, tal adequação precisaria incluir âmbitos da vida privada do operariado, inclusive aquelas áreas consideradas impenetráveis (como a sexual) e que dificilmente se esperaria que fossem tomadas como áreas de interesse dos industriais.

Em Gramsci, o proibicionismo está intimamente associado à racionalização do trabalho nos Estados Unidos. Nesse sentido, para que o trabalhador se tornasse compatível com o novo modo de produção, era necessário que ele mantivesse sua eficiência física, muscular e nervosa, por isso a preocupação dos industriais em adotar medidas que proibissem o consumo de álcool pelo operariado. Um trabalhador que gastava seu salário com álcool agredia sua integridade física de tal modo que seu

vício acabaria afetando sua eficiência na fábrica. Semelhantemente, a sexualidade dos trabalhadores também se tornou uma área de interesse dos industriais, uma vez que o abuso das funções sexuais exauria as energias que deveriam ser conservadas para o trabalho produtivo, daí a defesa da monogamia. Como escreve o autor, “parece claro que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional” (GRAMSCI, 2008, p. 73).

Assim, todas essas iniciativas, travestidas de uma moralidade inspirada no puritanismo tradicional, longe de visarem promover a espiritualidade dos trabalhadores, eram, na verdade, estratégias através das quais os industriais poderiam racionalizar todos os aspectos da vida do trabalhador, de modo que este se tornasse compatível com a nova lógica de produção. Em outros termos, alguns elementos da ética puritana foram submetidos ao novo modelo produtivo, o que contribuiu para sua própria consolidação. O americanismo a que Gramsci se refere possuía traços característicos daquela ética.



Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Foi membro-fundador e secretário-geral do Partido Comunista da Itália, e deputado pelo distrito do Vêneto, sendo preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. Gramsci é reconhecido, principalmente, pela sua teoria da hegemonia cultural que descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder. Fontes: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e6/Gramsci.png/200px-Gramsci.png>

Longe de ser insignificante, esse traço cultural de inspiração puritana do americanismo tem suas raízes no protestantismo ascético de orientação calvinista. A fim de melhor compreender tal relação, parece oportuno tecer algumas considerações acerca da obra do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada originalmente em forma de artigos entre os anos de 1904 e 1905. Grosso modo, nela o autor busca mostrar como e em que medida a ética protestante contribuiu para a formação do que chamou de “espírito” do capitalismo, necessário para a consolidação e desenvolvimento do capitalismo moderno.

Cumpra advertir, entretanto, que não é o objetivo desse escrito revisitar a análise empreendida por Weber em sua completude, mas antes trazer a lume apenas aqueles elementos que se mostram relevantes para uma compreensão mais acurada da relação entre americanismo e protestantismo ascético.

O entendimento do que viria a ser o espírito do capitalismo, em sua acepção weberiana, parece ser imperativo, visto que ele está de algum modo presente no fenômeno do americanismo. Se em Gramsci tal fenômeno é traduzido como um modo de vida vinculado a um sistema de produção capitalista específico, em Weber (2004) ele apresenta um elemento constitutivo importante, qual seja, uma ética do trabalho que tem suas origens na concepção ascética das correntes protestantes, sobretudo do calvinismo, muito embora essa referência marcadamente religiosa tenha se apagado com o tempo, restando apenas os efeitos por ela produzidos: a organização da vida em torno do trabalho produtivo.

Ao tentar conceituar o termo espírito do capitalismo, Weber (2004, p. 42), ciente das dificuldades que tal empenho implicava, buscou fazê-lo, inicialmente, através da alusão a algumas passagens de documentos que, segundo ele, foram escritos sob a influência daquele “espírito”. Tais documentos eram o *Advice to a Young Tradesman* (1748) [Conselho a um Jovem Comerciante] e *Necessary Hints to Those that Would Be Rich* (1736) [Sugestões Necessárias Àqueles que Querem ser Ricos], ambos de Benjamin Franklin. Tais escritos foram usados como exemplo ideal para a ilustração do que Weber queria dizer com a expressão acima citada e foram obras de quem, curiosamente, figura entre os chamados *Founding Fathers* [Pais Fundadores], expressão usada para se referir ao grupo de signatários da Declaração de Independência que se consagrou pela suposta importância que tiveram na criação dos Estados Unidos e na Revolução que a precedeu, o que, segundo Raphael (2006, p. 160), diga-se de passagem, nega o protagonismo a quem realmente o merece: povo, sem o qual a Revolução e tudo que ela significou não teria sido possível.

Weber evidencia como o trabalho era visto pelos calvinistas. Para estes, tudo existia para a autoglorificação de deus. Desse modo, por extensão, a vida do cristão também deveria atender a esse fim, através do cumprimento de seus mandamentos no mundo. Sendo assim, o “amor ao próximo” assumia uma conotação específica: a de que ele devia ser praticado exclusivamente para a glória de deus e podia ser levado a efeito por meio do trabalho numa profissão (WEBER, 2004, p. 99).

Há, ainda, outro fator que deve ser mencionado para que se compreenda o lugar que o trabalho passou a ocupar na visão calvinista do mundo. Esse fator está ligado à principal característica dessa corrente, a saber, a doutrina da predestinação. Tal doutrina afirmava que deus havia, desde a fundação do mundo, eleito os seus, os quais estavam predestinados à salvação. Noutros termos, significava dizer que parte da humanidade se salvaria e outra parte

estaria inevitavelmente sentenciada à perdição. Afora o coroamento que tal ensinamento significou no processo de desencantamento do mundo, visto que “repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca da salvação” (WEBER, 2004, p. 96), ele também foi responsável pelo aparecimento de uma interrogação que, por sua importância, passou a ter a primazia na vida dos fiéis: como ter a certeza da eleição ou do seu estado de graça?

Para Calvino, o fiel deveria contentar-se em cumprir os mandamentos de deus e perseverar com a fé verdadeira em Cristo até o fim. Somente aí ele tomaria conhecimento de seu estado de graça. Dito de outro modo, não seria possível ter certeza do seu estado de graça em vida e menos possível ainda seria identificar, baseado em sinais externos, um eleito, pois, segundo ele, este pode em nada diferir externamente de um não-eleito. Visto que através dessa orientação não era possível alcançar a certeza da eleição, surgiram outras. Uma delas era que o “considerar-se eleito” tornava-se um dever – daí a autoconfiança característica dos puritanos. A maneira através da qual se poderia alcançar essa autoconfiança e eliminar toda e qualquer dúvida era por meio do “trabalho profissional sem descanso” (WEBER, 2004, p. 102).

Isso se dava porque, diferentemente do que acontecia no luteranismo, onde a certeza do estado de graça se dava através da “unio mystica com a divindade”, isto é, de um sentimento de unidade com o divino que o crente experimentava em sua alma, no calvinismo tal certeza poderia ser alcançada através da verificação se deus agia através do indivíduo. Ou seja, ser uma ferramenta de deus no mundo tornou-se uma forma do crente se certificar do seu estado de graça. Isso explica porque a vida religiosa do calvinista baseava-se na “ação ascética”, em vez da “cultura mística do sentimento”, como era a tendência dos luteranos (WEBER, 2004, p. 102-103).

Uma das consequências dessa busca incessante pela certeza do estado de graça foi a racionalização da vida do fiel em torno do trabalho profissional. Não seria exagero afirmar que a doutrina calvinista contribuiu para a formação de uma percepção, dentro da qual toda a vida do cristão deveria organizar-se em função do trabalho, que deveria ser exercido com vistas à glorificação de deus. Era desse tipo de disposição mental de que o capitalismo necessitava para se desenvolver e quem ajudou a forjá-la, segundo Weber, foi a ética do protestantismo ascético.

Com efeito, são observáveis as relações entre essa ética e o modo de vida característico do americanismo, tal como apontou Gramsci, o que, como se pode ver, não se resume às medidas proibicionistas, mas abrange também a racionalização de todas as esferas da vida do indivíduo. Essa racionalização, que se mostrou fundamentalmente necessária para o desenvolvimento do capitalismo moderno, já se operava nos lugares onde o calvinismo havia chegado, o que, revela Weber, explica o rápido crescimento de empreendimentos capitalistas nessas regiões.

É possível afirmar, portanto, que o modo de vida que se tornou característico do americanismo possui traços do ascetismo protestante. Ao contrastar os calvinistas aos luteranos, Weber (2004, p. 116) faz alusão aos anglo-americanos de sua época, os quais, “até mesmo na fisionomia, se acham sob o signo da anulação radical da espontaneidade do status naturalis”, o que causava estranhamento nos alemães, entre os quais o luteranismo havia tido mais adesão. Em outros termos, a racionalização da vida se fazia ver até mesmo fisionomicamente, fato que Weber associa à influência do calvinismo na conduta de vida dos habitantes da América do Norte.

Com o tempo, os traços religiosos da ética sobre a qual se fundou essa conduta de vida racionalizada foram apagados, transformando a ascese protestante intramundana em puro utilitarismo (WEBER, 2004, p. 166), o que, de certa maneira, pode ajudar a explicar o pragmatismo que supostamente se tornou a marca registrada da sociedade norte-americana, frequentemente caracterizada por sua exaltação ao trabalho e por ser altamente pragmática.

## TOCQUEVILLE E A MITIFICAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

Temos agora ocasião para fazer referência a outro autor de cuja obra não poderíamos prescindir em uma exposição que tem como objeto a temática do americanismo. Apesar de não tratar do conceito de americanismo em termos específicos, visto que nela não se encontra tal denominação, sua leitura é de significativa relevância na medida em que contribui para a compreensão de uma das definições atribuídas ao termo no início deste escrito, a saber, a que consta do Grand Larousse de La langue française, que o descreve como sendo a imitação da maneira de ser dos americanos. Nela, o autor oferece um olhar analítico sobre os costumes e as leis dos anglo-americanos, o que nos permite entender melhor o que viria ser ou a que se refere a expressão “a maneira de ser” usada na definição há pouco citada. Não menos relevante se mostra essa obra para o entendimento do sentido que ainda será apresentado, através do qual o termo em questão também pode ser tomado.

Há que se destacar, também, que, pela repercussão que provocou, inicialmente na França e depois no resto do continente, a obra em questão contribuiu significativamente para a construção da imagem dos Estados Unidos na Europa. Com efeito, seu autor fez conhecer os Estados Unidos às nações europeias e, nesse esforço, parece ter pintado um quadro no qual as ex-colônias inglesas são descritas por meio de afirmações por vezes generalizantes – e homogeneizantes – que, embora sejam aplicáveis sob circunstâncias específicas, acabam por escamotear as mazelas e apagar as diferenças e contradições que lá se faziam ver, criando, desse modo, uma imagem mitificada dos Estados Unidos, que servirá de inspiração para o

surgimento de um americanismo míope às incongruências daquele país. É, também, nesse sentido que essa obra contribui para deixarmos clara a acepção que queremos atribuir ao termo de que viemos nos ocupando até agora. Por essa razão, faremos alusão a alguns elementos que nos ajudarão a compreender o que, segundo a obra em apreciação, tornou-se característico dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que apontaremos, quando possível, as contradições ou apagamentos que alguns deles implicam.

A obra a que nos referimos se chama *A Democracia na América* (2005), de Alexis de Tocqueville (1805-1859), um aristocrata francês. Fruto de uma viagem aos Estados Unidos realizada nos idos de 1831, ela consiste, como se pode notar a partir de sua leitura, num esforço para compreender as causas que concorriam para a manutenção da democracia na América, através da análise dos costumes, leis e instituições do povo norte-americano. É justamente por oferecer uma análise de elementos tão importantes para definição do caráter de um povo que ela nos interessa, sobretudo naquilo que se refere aos costumes.



Alexis-Charles-Henri Clérel, visconde de Tocqueville, dito Alexis de Tocqueville (1805-1859) foi um pensador político, historiador e escritor francês. Tornou-se célebre por suas análises da Revolução Francesa, cuja pertinência foi destacada por François Furet, da democracia americana e da evolução das democracias ocidentais em geral. Raymond Aron pôs em evidência sua contribuição à sociologia. Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/aa/Alexis\\_de\\_tocqueville.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/aa/Alexis_de_tocqueville.jpg)

Tocqueville também apresenta algumas características das ex-colônias inglesas que são igualmente importantes para a apreensão do *modus vivendi* daqueles a quem se referiu sob a denominação de “anglo-americanos” e que, de certo modo, não estão separadas dos costumes no sentido que ele dá a este termo. Antes de mencionarmos tais características, no entanto,

já cabe aqui uma consideração acerca do caráter excludente da linguagem utilizada pelo autor. A expressão “anglo-americano” é empregada com notável regularidade ao longo de sua exposição. Entretanto, ela parece ser demasiadamente restritiva, uma vez que ignora outras comunidades – a exemplo da indígena e negra – que, não apenas dividiram o espaço com os imigrantes, como também participaram, no caso desta última, no processo de formação da própria nação americana. É essa ideia de que o povo da América consistia no tipo anglo-saxão, branco e de orientação protestante que prevalecerá no imaginário das pessoas e dará origem a uma América mitificada, como foi o caso do mito da Inglaterra em Portugal, segundo demonstrou Oliveira (2014). Dito isto, avancemos.

Uma das características de que falamos acima, e que que saltam aos olhos do aristocrata francês, é o fato de os Estados Unidos serem “essencialmente democráticos”. Esse traço definidor, segundo diz, estava presente desde a fundação das colônias e havia se tornado ainda mais evidente à sua época. A igualdade reinava entre os imigrantes, escreveu. Fazendo referência aos primeiros europeus que se estabeleceram na Nova Inglaterra, ele afirma que “o próprio germe da aristocracia não foi depositado nessa parte da União”. O povo participava tão ativamente na tomada de decisões que Tocqueville diz que ele “reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 56-68). Esse estado social democrático dos americanos se tornará uma marca da “jovem nação” que, como coloca Furet (2005, p. XL), era para Tocqueville uma “democracia pura”, um caso *sui generis*, portanto, visto que esta se desenvolveu em um continente que não herdou os resquícios dos antigos regimes que vigoraram na Europa e que poderiam lhe opor resistência ou lhe mudar a constituição.

Diante de tal descrição, um leitor não poderia formar outra ideia dos Estados Unidos senão a de que estes constituíam uma nação na qual a democracia e a igualdade funcionavam como em nenhuma outra. Apesar de ser aplicável sob circunstâncias muito específicas, a descrição mais esconde do que revela. O princípio de igualdade, por exemplo, que viria a se tornar uma característica do estado social da América inglesa, de modo algum se estendia aos índios, os quais eram vistos pelos brancos “como obstáculos à colonização, não como justos proprietários” (RAPHAEL, 2006, p. 265). Nem àqueles vitimados pela escravidão, que estavam longe de serem considerados seus iguais. O mesmo pode ser dito em relação à democracia, que parecia estar circunscrita a um grupo específico, o qual, sob o disfarce da palavra “povo” – que se referia ao branco, protestante e anglo-saxão –, participava na tomada de decisões. Certamente, a palavra “povo”, assim como “todos”, quando empregada na obra em questão, esconde o fato de que são paradoxalmente mais excludentes do que parecem ser à primeira vista, uma vez que não se referem aos grupos acima citados.

Outro traço que chama a atenção de Tocqueville na forma de governo dos “anglo-americanos” é a descentralização administrativa. A União não

se imiscuía nos negócios que diziam respeito a cada Estado em específico, e estes procuravam se manter fora das questões relativas aos condados que, por sua vez, não interferiam na administração da comuna. O mais importante acerca de tal descentralização são os efeitos que ela provocava, dentre os quais estava o fortalecimento da cidadania, através da participação política dos cidadãos nas decisões locais. Desse modo, segundo o autor, o americano era bastante ativo politicamente, visto que participava entusiasmadamente nas questões referentes à sua comuna. Aqui a ponderação em relação à palavra “povo” feita no parágrafo anterior também se aplica ao termo “cidadão”, cujo caráter restritivo frequentemente passa despercebido ao leitor desavisado. Visto desse ângulo, a imagem dos Estados Unidos que se pode tirar das descrições de Tocqueville já assume outros traços que se contrapõem àqueles de uma nação cuja forma de governo inspirou o interesse geral de outros países que “às vezes ia a entusiasmos tais, que se chegava a omitir, como se não existissem, fatos como a escravidão negra ou o tratamento dispensado aos índios” (WRIGHT, 1978, p. 34).

Para o autor, somente o que era útil interessava ao americano. Assim, o utilitarismo consiste num dos traços que compõem a feição do espírito americanista. Tocqueville diz que os anglo-americanos “... estudam uma ciência como se abraça um ofício e só se interessam pelas aplicações cuja utilidade presente é reconhecida (TOCQUEVILLE, 2005, p. 62)”. Não se interessam por descobertas teóricas ou ideias demasiado gerais. Essa suposta característica também aparece como marca de algumas seitas protestantes, sobretudo a dos puritanos em Weber (2005), para quem tal tendência tinha suas raízes na ascese protestante intramundana. O exemplo a que ele faz referência é o de Benjamin Franklin, para quem até mesmo as virtudes possuíam um cunho utilitarista. De acordo com Tocqueville, a preocupação com o bem-estar social era uma das forças que alimentavam essa disposição utilitarista na época em que realizou sua viagem.

Em relação a esse aspecto, há que se dizer que esse traço utilitarista, além de generalizante, parece referir-se a uma imagem estereotipada do americano: descendentes de puritanos ou de outras seitas protestantes – posteriormente denominadas “peregrinos” – que supostamente deram origem ao povo norte-americano e a quem se deve o gosto pelo trabalho. Tomar o grupo que a história nacional americana batizou de “peregrinos” como o único tronco de onde brotou o povo que passou a habitar o território dos Estados Unidos é, no mínimo, bastante limitador, embora sirva como um bom motivo de orgulho nacional saber que os primeiros colonos foram homens religiosos e portadores de uma educação desenvolvida. Esses grupos minoritários, entretanto, misturavam-se a outros tipos de colonos, como aventureiros, órfãos, negros e africanos.

Na valorização do trabalho se encontra outro traço daquele espírito. Conforme o aristocrata francês, o território das colônias, especialmente

o norte, foi povoado por indivíduos para quem o trabalho possuía uma importância indispensável não apenas no sentido material, uma vez que este proporcionava meios para subsistência, mas também no sentido espiritual, visto que era desejado por deus, como apontou Weber. Tocqueville afirma que não se encontravam muitos ricos na América. Por essa razão, “quase todos os americanos têm pois a necessidade de exercer uma profissão” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 61) – aqui é desnecessário dizer que nem os índios e menos ainda os escravos estavam entre aqueles “todos”. Os americanos dedicavam-se aos estudos primários nos primeiros anos de vida para depois entrarem numa profissão. O trabalho era uma condição comum a “todos”. Em relação a esse ponto, Gramsci, já no século XX, ao falar sobre as condições para o desenvolvimento do americanismo, de fato diz que, nos Estados Unidos, dadas as particularidades históricas de sua formação, não havia classes parasitárias, isto é, classes que não exercessem nenhuma função econômica. Ora, esse fenômeno não escapou à análise de Tocqueville, que já o havia observado entre os americanos em meados do século XIX, ressaltado o caso dos índios, mas estes, para todos os efeitos, não eram americanos para o autor.

Não poderíamos avançar nossa exposição sem antes fazer uma consideração acerca de alguns elementos que Tocqueville aponta como sendo característicos do que chamou de espírito americano. Curiosamente, o que Weber identificou como traços de uma ética própria de grupos protestantes de inspiração calvinista – a valorização do trabalho, perseguição da riqueza, utilitarismo – aparecem, em Tocqueville, como traços característicos daquele espírito. Dito de outro modo, o que no primeiro autor é usado para definir grupos sectários específicos, no segundo é ampliado para caracterizar o espírito de uma nação inteira. No entanto, o próprio Tocqueville demonstra que esses traços não estavam presentes em todo o território que passaria a se chamar de Estados Unidos da América. Faz isso ao falar das diferenças entre o Norte e o Sul que, segundo diz, são inconfundíveis. Enquanto, no Norte, mais especificamente na Nova Inglaterra – curiosamente a região onde, segundo o autor, os primeiros habitantes foram os puritanos –, a valorização do trabalho era notável, no Sul, em virtude da precoce introdução da escravidão, o ócio se fazia ver mais que o gosto pelo trabalho, visto que este era feito pelos escravos. A adoção do sistema escravocrata nessa região exerceu “enorme influência sobre o caráter, as leis e todo futuro do Sul” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 39).

Apenas com as indicações precedentes já é possível visualizar um quadro com alguns dos elementos que supostamente caracterizariam a maneira de ser do povo anglo-americano. Como se pode ver, muitos deles, por seu caráter generalizante – e homogeneizante –, contribuíram para criar uma imagem romantizada da América inglesa. Se não se pode afirmar que tais características são de todo inexatas, no mínimo devem ser relativizadas e

postas num contexto em que os apagamentos provocados pela imagem a que dão forma – a de uma América da democracia, igualdade e liberdade – tornem-se visíveis novamente. O que supostamente é considerado traço constitutivo de um povo, bem como sua “maneira de ser”, não estão imunes a idealizações. Há, ainda, outro ponto: Tocqueville tenta delinear os traços característicos dos anglo-americanos, tomando-os por representantes dos Estados Unidos. Noutras palavras, buscava definir o caráter da própria nação americana, através de termos homogeneizantes – tais como “anglo-americano”, “americano” e outros a que aludimos anteriormente – que sugerem a imagem de uma nação homogênea. Esta homogeneidade só é possível se pensarmos numa narrativa nacional que represente a nação como tal, conforme sugere Benedict Anderson (2008), quando se refere à nação como sendo uma “comunidade imaginada”. Mas voltemos a falar mais um pouco sobre os supostos traços delineadores do povo norte-americano.

Poder-se-ia acrescentar, ainda, a esse quadro de características dos anglo-americanos, o que Weber (2004) chamou de “espírito do capitalismo”, para exemplo do qual cita Benjamin Franklin, que figura entre os chamados Founding Fathers da nação norte-americana. Há, na realidade, evidências de que o próprio utilitarismo, a perseguição da riqueza e a valorização do trabalho de que falamos acima estejam relacionados a esse “espírito”, que também parece ser um elemento associado ao caráter nacional dos anglo-americanos. Conforme o autor ora citado, foi esse espírito que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo moderno de que os Estados Unidos se tornaram símbolos e promotores. E tais elementos também estão, em nosso entender, intimamente relacionados ao americanismo.

A impressão que se tem ao ler *A Democracia na América* é a de que todos esses elementos que passaram a ser identificados como característicos dos Estados Unidos foram trazidos pelos primeiros imigrantes europeus que povoaram seu território. Sendo assim, não se trata de algo próprio da América. No entanto, talvez isso possa ser dito acerca do aspecto que tais elementos assumiram e do modo peculiar como lá eram aplicados. O ideal de igualdade, por exemplo, já era conhecido na Europa, mas a maneira como este foi aplicado nos Estados Unidos não se via em nenhuma outra nação europeia – inclusive no que se refere ao caráter excludente que tal aplicação assumiu. O mesmo pode ser dito sobre a democracia que, enquanto na Europa era difícil mantê-la por muito tempo, nos Estados Unidos se fortalecia sem encontrar resistências, pelo menos para um grupo específico: os “anglo-americanos”.

Disso decorre um fato a que Gramsci fez questão de aludir ao discorrer sobre o americanismo. A partir de sua descrição, o que está por trás do termo americanismo é, na verdade, uma extensão do europeísmo. Para ele, não se trata, nesse caso, de algo novo engendrado na América, mas “de um prolongamento orgânico e da intensificação da civilização europeia, que

só assumiu uma epiderme nova no clima americano” (GRAMSCI, 2008, p. 90). Em Tocqueville, é essa a impressão que se tem, pelo menos na obra em questão. A democracia não havia nascido na América, nem o ideal de liberdade ou igualdade, mas lá se desenvolveu como em nenhum outro lugar, depois que foram levados para o novo mundo pelos imigrantes que participaram da formação do povo norte-americano. São, nesse sentido, tributários da Europa, muito embora em alguns aspectos a América tenha se tornado antípoda daquela.

## AMERICANISMO COMO DEVOÇÃO AOS IDEAIS “NORTE-AMERICANOS”

Tendo feito considerações precedentes, cumpre ainda apresentar outro sentido assumido pelo termo americanismo. Ele se encontra em uma obra levada a público em 1921, sob a autoria de George B. Lockwood, intitulada *Americanism*. O livro consiste num conjunto de editoriais, publicados originalmente no jornal *The National Republican*, que cobrem o período da Conferência de Paz em Paris, os debates sobre o Tratado de Versalhes no Senado americano e o referendo (the solemn referendum) proposto pelo então presidente Woodrow Wilson (1856-1924). Nesse momento, buscava-se fazer frente à ameaça do internacionalismo e entre as vozes que se opunham a essa tendência internacionalista estava a do referido jornal, cuja leitura revela a ruidosa controvérsia entre o americanismo e o internacionalismo que se fazia ouvir à época. O que nos interessa na obra citada, muito mais que as circunstâncias históricas sob as quais ela foi publicada, é o fato de esta conter uma caracterização do americanismo que se aproxima daquela da qual afirmamos ser o resultado de uma visão mitificada dos Estados Unidos. Tal caracterização encontra-se no primeiro editorial, datado de dezembro de 1920, em cujo título se lê *Americanism: a Neglected Solution of World Problems* [Americanismo: uma Solução para os Problemas do Mundo Negligenciada]. Lockwood (1921, p. 1, tradução nossa) refere-se ao americanismo nos seguintes termos: “O americanismo não consiste meramente na lealdade a uma terra ou na fidelidade a uma bandeira. É mais que isso. O americanismo, no sentido mais profundo do termo, é a devoção às ideias e ideais dos quais nossa república é o distinto exemplo e expoente”.

É justamente a segunda parte da citação que contém o sentido que se aproxima daquele a respeito do qual dizemos ter sido construído sobre uma imagem romantizada daquele país. Já mencionamos anteriormente alguns dos ideais e ideias de que os Estados Unidos se tornaram símbolos (liberdade, igualdade, democracia, etc.), mas cumpre enfatizar o tipo de sistema governamental de que a América se tornou o exemplo concreto supostamente bem-sucedido: a forma de governo republicano federalista.

Sendo assim, para Lockwood, a devoção aos princípios associados à América anglo-saxônica e, sobretudo, à federação americana, é no que consiste o americanismo. Este último princípio, aliás, está expresso no que se tornou o seu lema nacional, *E pluribus unum*, isto é, “de muitos, um”; de vários Estados soberanos, cada qual com suas especificidades, uma nação.

É por isso que, para Lockwood (1921, p. 1), “o americanismo é mais que o europeísmo transplantado para um novo continente”. Para ele, a república americana foi fundada sobre novos princípios de governo. A concepção de governo da Europa, segundo diz, difere daquela da América. Enquanto na primeira o cidadão era a criatura do Estado, na segunda tratava-se do inverso: a razão de ser do Estado era o dever de servir ao cidadão; enquanto a concepção de governo da Europa baseava-se no medo, a da América assentava-se sobre a justiça.

### CONCLUSÃO

É possível perceber que o fenômeno do americanismo – por extensão, os sentidos a ele atribuídos – pode apresentar-se sob múltiplas formas e de diferentes modos, desde a emulação ao que supostamente se consagrou como “a maneira de ser dos anglo-americanos”, nos termos expressos acima, à devoção, simpatia ou mesmo atração pelas ideias e ideais de que os Estados Unidos se tornaram símbolos ou pelo que supostamente eles representam em termos políticos, econômicos, culturais e até étnicos. De um modo ou de outro, o que parece haver de comum entre as diferentes formas sob as quais o americanismo se faz ver é o fato de elas estarem sempre associadas a uma representação mitificada dos Estados Unidos. Tal representação pode ser assim concebida, pois, ao mesmo tempo em que revela, esconde, distorce e até mesmo “inventa” elementos que passam a compor a imagem daquela nação.

Essa representação mitificada, que tem origem em um passado também mítico, é perpetuada através da narrativa nacional, que de certo modo serve aos interesses da própria nação, pintando um retrato que inspira admiração e patriotismo. Em relação ao esse passado mítico, Raphael (2006, p. 17) assim se expressa, referindo-se aos Estados Unidos: “Com criatividade mas sem muita exatidão, inventamos [os americanos] um passado que gostaríamos de ter tido”. Uma representação que “pinta um autorretrato elogioso” da nação parece ser mais efetiva na tarefa de unir os diferentes, bem como de construir, sob o olhar dos que estão de fora, uma imagem positiva de si mesma.

Poderíamos acrescentar, ainda, que o americanismo ao qual nos referimos se assenta numa representação “imaginada”, no sentido que Anderson (2008) atribuiu a este termo, dos Estados Unidos, uma vez que estes, tal

como todas as outras nações modernas, são também, segundo esse autor, uma comunidade imaginada. Sendo assim, ao que nos parece, apenas um americanismo baseado numa representação de tal natureza pode deixar de ver as contradições e inconsistências que havia naquele país e que, como se pode perceber a partir das narrativas nacionais, foram parcial ou totalmente obliteradas, ou ainda, propositadamente esquecidas, para formar uma imagem não do que eram, mas como sugere Raphael, do modo como gostariam de ser vistos.



## RESUMO

É de conhecimento geral que a proclamação da independência dos Estados Unidos exerceu significativa influência sobre a disseminação da forma de governo republicano, bem como sobre a popularização de instituições políticas características de governos democráticos. A nação americana tornou-se, portanto, representante daquele sistema governamental, o que explica a sua associação ao americanismo. Entre os aspectos que o distinguia das formas de governo da Europa, estavam “a divisão da autoridade e da responsabilidade”, a salvaguarda contra tirania, tanto de um como a da maioria, a independência dos três poderes (judiciário, legislativo e executivo) e seu plano prático para a federação das repúblicas constituintes.



## ATIVIDADES

Depois de ler o texto desta Aula, como você poderia definir, com suas próprias palavras, o termo “americanismo”?

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADE

Esta atividade tem por finalidade principal fazer você construa uma síntese dos principais conteúdos dessa primeira Aula, analisando e interpretando criticamente as implicações do termo “americanismo”, bem como o processo de mitificação dos Estados Unidos da América.



## PRÓXIMA AULA

Entre a Rebelião e a Alienação: a década de 1980 e a massificação do rock no Brasil

### REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo, SP: Hedra, 2008. 92 p.
- LOCKWOOD, George B. **Americanism**. 2.ed. Washington: The National Republican Publishing Co., 1921. Disponível em <https://archive.org/details/americanism00lock>. Acesso em: 15 mar, 2016.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1836-1986)**. Lisboa: Gradiva, 2014.
- RAPHAEL, Ray. **Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- TOQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América: leis e costumes – de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. Tradução de Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia de François Furet. Vol. I – 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Paidéia)
- WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol. 14, no. 2, pp. 37-43, 2000.
- WARDE, Mirian Jorge. Notas sobre o americanismo dos Estados Unidos de fins do século XIX e início do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 16, 2011, São Paulo, **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011.
- WEBER, Max. A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335 p.
- WRIGHT, Antônia Fernanda P. de A. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.